

O SINDICALISMO DOCENTE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS:  
A EXPERIÊNCIA DO CPERS/SINDICATO<sup>1</sup>

João Jorge Correa<sup>2</sup>

RESUMO:

A temática desta pesquisa versa sobre as relações entre o movimento sindical do magistério público e a discussão e formulação de políticas educacionais tomando como objeto de estudo o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato. O problema da pesquisa é refletir sobre as propostas e ações que o CPERS/Sindicato vêm desenvolvendo com o objetivo de contrapor-se à degradação do ensino, da escola pública e dos profissionais que nela atuam representadas a partir de uma política educacional diferente daquela que as instâncias superiores do sistema educacional formulam.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação – Administração Escolar – Política Educacional – Sindicatos do Magistério

INTRODUÇÃO

O movimento sindical vive hoje sua maior crise, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Independente da abrangência desta crise ela se reflete nos aspectos objetivos e subjetivos das organizações de trabalhadores.

As transformações ocorridas na estrutura e organização do trabalho acarretaram para os sindicatos dos trabalhadores, dificuldades quase intransponíveis para assimilar e incorporar essa classe trabalhadora mais segmentada e fracionada. Deve-se, também, acrescer a este fenômeno a relação direta existente entre o elevado contingente de

---

<sup>1</sup> CPERS/Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná  
Doutorado pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília  
Endereço para contato: Rua Austral, 23 – Residencial Gramado II – Cascavel – PR – CEP 85818-770  
Email: [joaojorge@uepg.br](mailto:joaojorge@uepg.br) - [joaojc@terra.com.br](mailto:joaojc@terra.com.br)

desempregados e o retrocesso da ação sindical, que passa de um sindicalismo combativo para uma modalidade mais subserviente aos interesses do capital.

Para Antunes (1997) ainda permanecem em aberto algumas questões apontadas por ele próprio a partir dos seus diversos estudos já realizados (1997a, 1997b, 1999) sobre a crise dos sindicatos: Serão capazes de reunir trabalhadores estáveis e precários? Resistirão a uma nova modalidade de corporativismo que elege apenas o trabalhador estável como centro dos interesses do sindicato? Serão capazes de elaborar uma nova forma de atuação sindical que supere as deficiências das modalidades anteriores? Romperão a barreira que se estabeleceu entre a luta sindical e a luta parlamentar, entre luta econômica e luta política?

Estas questões propostas, pela sua abrangência, também podem ser direcionadas para o campo de debate do sindicalismo do magistério, principalmente pela proximidade da desestruturação do trabalho que vem ocorrendo com os professores.

Especificamente no tocante ao movimento sindical do magistério – é o ramo do setor público que apresenta as maiores taxas de sindicalização e, ainda que em menor grau, na década de 90, como o sindicato que promoveu as maiores mobilizações – o seu ingresso na CUT foi muito importante, pois pode tomar contato com um debate mais intenso sobre o sindicalismo de outras categorias. Muito provavelmente, o ingresso dos sindicatos do magistério na CUT está relacionado a uma maior identidade com o sindicalismo reivindicativo e de luta, em função das suas condições econômicas e salariais muito próximas das demais categorias de trabalhadores.

Neste sentido, a experiência adquirida no contato com outras possibilidades de luta, além daquelas tradicionalmente adotadas no passado, e a influência dos partidos de esquerda e suas diversas facções ideológicas no interior do sindicato, foram elementos que contribuíram para o amadurecimento das entidades sindicais do magistério (ainda que em alguns momentos turvassem as análises do sindicato a respeito das formas mais adequadas para conduzir suas ações), fazendo com que se tornasse imperativo à categoria, combinar uma dupla questão: a primeira seria a luta pela melhoria das suas condições de trabalho e salário por negociação ampla e transparente, viabilizando formas de participação nas políticas e na gestão do Estado; e a segunda, estaria relacionada com uma luta mais ampla pela transformação do Estado favorecendo o conjunto das classes trabalhadoras.

## OBJETIVOS

Descobrir novas orientações para sua prática sindical constitui-se como uma tarefa urgente para o movimento sindical do magistério, porque o conjunto mais mobilizado da categoria encontra-se entre o desencantamento e a busca de outras alternativas para a sua atividade de professor da escola pública. E entre as possíveis novas orientações que a categoria deve imprimir ao seu movimento sindical está a relação das entidades do magistério com o debate das políticas educacionais, buscando superar as ações meramente econômicas e corporativas da categoria.

Esta é a idéia central desta pesquisa, ou seja, o envolvimento dos sindicatos do magistério no debate e proposição de uma nova política educacional. Entretanto, no tocante a esta idéia, tratarei especificamente das ações de uma entidade sindical do magistério público, neste caso o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato dos Trabalhadores em Educação – CPERS/Sindicato.

A tese que buscarei sustentar no transcorrer da pesquisa é a seguinte: É possível que sindicatos do magistério não apenas discutam e reflitam sobre a educação formulando propostas alternativas às práticas educacionais vigentes, mas que as tornem concretas sob a forma de uma nova política educacional.

A partir desta tese, formulo o problema que me proponho investigar: Quais as propostas e ações que o CPERS/Sindicato desenvolve no sentido de formular e propor uma política educacional que se diferencie das vigentes?

## METODOLOGIA

Ao passar neste momento para uma definição mais detida dos procedimentos metodológicos adotados, não tenho por intenção desenterrar o conhecido embate entre qualitativo e quantitativo, muito menos citar autores que trataram desta disputa para avaliar minhas escolhas metodológicas. Direi apenas que qualitativo e quantitativo se completam mutuamente, e é minha intenção que isto ocorra ao desenvolver esta pesquisa. Evidentemente que meu desejo é proporcionar uma ênfase mais qualitativa ao problema e aos objetivos propostos, mas não dispensarei o uso do fator quantidade no momento em que for necessário e imprescindível para um adequado entendimento do

tema. A forma como conduzi a pesquisa a torna próxima de um estudo de caso de tipo etnográfico principalmente pelas técnicas utilizadas: observação participante, entrevistas e análise de documentos.

Segundo André (1995), “a observação é chamada participante porque parte do princípio de que o pesquisado tem sempre um grau de interação com a situação estudada (...). As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes”. (1995, p.28)

Os procedimentos que adotei para coleta das informações e dados referentes ao conteúdo da pesquisa foram os seguintes: entrevistas semi-estruturadas, relatos de história oral de antigos dirigentes e análise documental (fundamentalmente os Jornais A Sineta, Magister e notas publicadas na imprensa, além de boletins de greve e paralisações). Também busquei informações a partir de uma série de visitas à sede da entidade em Porto Alegre e em alguns Núcleos da Grande Porto Alegre, onde pude conversar – também informalmente – com diretores e integrantes da diretoria do CPERS. Um outro local onde fiz observações e extraí informações de grande valor para a pesquisa foram em algumas Assembléias Gerais, em audiências da Assembléia Legislativa do Estado, bem como na segunda e terceira edição dos Congressos Estaduais. Também a partir do Fórum Mundial da Educação e das duas edições do Fórum Mundial Social pude coletar e organizar dados muito relevantes para o estudo.

De grande valia foram as informações prestadas pelo setor de arquivo do CPERS e pelo bibliotecário responsável pela organização de materiais bibliográficos que jamais haviam sido consultados para pesquisa, mesmo por aqueles pesquisadores que tiveram o CPERS como objeto de estudo em outras oportunidades. O conjunto desse material foi devidamente organizado tendo como diretrizes de análise o problema proposto para a investigação e os objetivos delimitadores da pesquisa. Assim, elaborei o presente texto que se encontra estruturado em quatro capítulos.

A escolha do CPERS/Sindicato na totalidade das entidades representativas do magistério deve-se a alguns fatores importantes. O primeiro deles por se tratar de uma entidade altamente representativa no conjunto das filiadas à CNTE, sendo a segunda maior em número de associados. Um segundo elemento refere-se à própria história de

lutas do CPERS que tem servido como exemplo para outras entidades do magistério. E neste conjunto das lutas da entidade merece destaque – além das questões econômicas – o seu envolvimento no debate e proposição de políticas educacionais alternativas às vigentes, tendo participado ativamente da Assembléia Nacional Constituinte, da Constituinte Estadual, do debate em torno da LDBEN e do Plano Nacional de Educação.

Um terceiro elemento refere-se ao fato de o CPERS/Sindicato encontrar-se diante de uma situação ímpar em relação a outras entidades do magistério, que é a presença de um governo “popular de esquerda” liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Tal conjuntura apresenta uma nova situação para ser analisada: como se comporta uma entidade do magistério com uma larga história de lutas e de propostas para uma nova política educacional diante da primeira oportunidade histórica de relacionar-se com um governo identificado com as aspirações populares.

Em última análise busco com esta pesquisa qualificar o movimento do magistério gaúcho, conduzido pelo CPERS/Sindicato, como plenamente capaz de produzir políticas educacionais consistentes e coletivamente discutidas e planejadas. Todavia não podemos descuidar da sobreposição dos interesses mais econômicos (que são de fundamental importância) sobre aqueles diretamente relacionados não apenas com os interesses da categoria, mas com a sociedade como um todo.

## RESULTADOS

A história do CPERS/Sindicato é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de grandes manifestações, greves, passeatas, caravanas e acampamentos sempre em defesa não apenas dos interesses específicos da categoria, mas principalmente, a defesa da escola pública e de um ensino de qualidade. Desse modo, os interesses econômicos da categoria e a defesa intransigente de uma escola pública de excelente qualidade sempre estiveram presentes nas pautas de reivindicações da entidade.

O elevado índice de sindicalização e a estrutura organizativa em todo o Estado fazem com que o CPERS se torne uma entidade diferenciada, no aspecto organizacional, do conjunto do sindicalismo brasileiro.

Presentemente, o movimento coletivo dos trabalhadores em educação representado pelo CPERS/Sindicato experimenta problemas muito mais complexos que aqueles vividos nas décadas anteriores. Os elevados índices de desemprego e recessão econômica afetam as formas tradicionais de comportamento do movimento sindical, fazendo com que as entidades busquem novas formas de lutar pela preservação dos seus direitos. O avanço da concepção neoliberal agravou ainda mais esse quadro devido à escassez de investimentos na área social e à ênfase na redução das funções outrora exercidas pelo Estado.

Diante desse quadro social, político e econômico desfavorável e excludente – e semelhantemente às experiências vividas pelos demais trabalhadores – o magistério gaúcho assume, a partir de meados da década de 90, agora com maior ênfase, o desafio de uma reflexão mais ampla da sociedade em que vive com o objetivo de sua superação a partir da formulação de propostas que sejam alternativas viáveis para o conjunto do magistério gaúcho, assim como para o sistema educacional gaúcho e nacional. O desafio se torna mais complexo ainda na medida em que precisa dividir suas responsabilidades sociais com um novo governo (o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições estaduais de 1998) que assume em seu uma ênfase na relação direta com as classes trabalhadoras, diferentemente dos anos anteriores em que tinha como adversários governos alinhados com as determinações do Executivo Federal.

O fato de ter sempre se relacionado com governos autoritários e alinhados com as diretrizes do governo central, cria uma grande expectativa em relação à ascensão de uma Frente Popular no governo estadual. Tão grande é a expectativa que por vezes o processo de negociação se vê prejudicado devido à falsa crença de que todos os problemas do Estado e, por conseguinte, do magistério, seriam rapidamente resolvidos.

A experiência vivida pelo magistério gaúcho é muito significativa servindo de exemplo a muitas categorias de trabalhadores na medida em que a analisamos numa conjuntura de aguda recessão da economia, elevação dos índices inflacionários, aumento dos níveis de desemprego e a crise salarial gerada pelo fracasso dos diversos Planos Econômicos do Governo Federal. É relevante a luta da entidade pois mesmo quando as conquistas econômicas não foram suficientes para recompor o quadro salarial do magistério, ensinou que a luta por melhorias não apenas salariais e na própria carreira, mas para a

educação em sua totalidade, é uma luta lenta, gradual e marcada por antagonismos e conflitos internos e externos.

Conforme afirma Bulhões & Abreu (1992, p.85), o magistério “passou a desenvolver o aprendizado de que a luta salarial é constante e de que é preciso articular mobilização com negociação em uma conjuntura econômica que não lhe facilitou a aprendizagem”.

Essa longa jornada de lutas alternando conquistas e perdas no campo salarial e pedagógico, alternando mobilizações com negociação e mobilizações sem negociação levam o CPERS ao final da década de oitenta e início dos anos noventa – momento em que avança o ideário neoliberal no Brasil – à necessidade de um complexo aprendizado: a luta por melhorias salariais é incessante não podendo estabelecer que uma determinada greve é a última. Este é o momento de consolidação no seio da entidade da concepção que articula mobilizações e formas negociadas de atingir as pautas de reivindicações.

Assim, convivendo com avanços e recuos no movimento organizativo do magistério gaúcho, o CPERS teve uma difícil jornada durante esses anos – e tem sido o desafio de todo movimento social – que foi o de acompanhar o seu tempo, isto é, estar atento às principais mudanças que afetavam não apenas o magistério e a educação, mas a sociedade em seu conjunto. A história das suas lutas consolidou a entidade perante a sociedade e agora se apresenta para um novo desafio: transformar a política educacional a partir da interferência direta do magistério e da comunidade escolar através da criação de um espaço próprio para esta finalidade. Este espaço se consolida nos Encontros Estaduais de Educação e posteriormente nos Congressos Estaduais.

O CPERS/Sindicato realizou 18 Encontros Estaduais e três Congressos Estaduais por onde passaram vários pesquisadores, educadores, lideranças políticas e sindicais contribuindo com a sua parcela de reflexão no debate educacional promovido pelo magistério gaúcho. Assim, a intenção é identificar na ação específica do CPERS no âmbito estadual a sua capacidade de propor e articular com a sociedade civil organizada um outro conjunto de idéias que possa sustentar uma nova política educacional. Evidentemente que os eventos, assembléias e reuniões promovidas pela entidade também são muito importantes no encaminhamento das ações coletivas da categoria, mas acredito que o momento crucial do debate educacional se dá mesmo nos encontros e congressos de âmbito mais ampliado que são os estaduais.

Apesar do foco da análise ser o debate promovido pelo sindicato em estudo em torno das políticas educacionais, a partir do momento em que emerge no governo estadual uma nova configuração política com a eleição de um partido de esquerda e identificado com os movimentos sociais e populares, é extremamente relevante o resgate dos debates promovidos nos Encontros Estaduais anteriores ao período em questão. Procedendo dessa forma não se corre o risco de supor que o debate sobre as políticas educacionais somente se torna possível após a ascensão de um governo de “esquerda”, como é o caso do Partido dos Trabalhadores e o Governo Olívio Dutra.

A recorrência aos anos oitenta e noventa deve-se ao fato de ter sido um momento de grande ebulição política e de rearticulação do movimento sindical, haja vista os debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e a gênese da tramitação do projeto de LDBEN que percorreria o Congresso Nacional até dezembro de 1996. Importante destacar que também é o momento da emergência de uma nova forma das entidades do magistério encararem suas ações, buscando ir além das lutas meramente econômicas. Neste contexto de mudança ocorre uma ampliação do debate educacional promovido por estas entidades buscando, a partir de agora, influir na formulação de uma nova política educacional para a escola pública brasileira, estabelecendo-se um novo palco de debates que será gradativamente ocupado pelo magistério organizado.

Uma análise deste período nos mostra que a luta foi intensa, mas apesar de todo o envolvimento que houve da sociedade civil organizada em torno da Assembléia Nacional Constituinte, muitas das propostas encaminhadas não foram incorporadas no texto da Lei. Como a antiga CPB e as entidades do magistério não conseguiram – também – fazer valer as suas propostas no texto final da nova Constituição, estas mesmas questões estarão presentes, posteriormente, no debate das constituintes estaduais e muito provavelmente retornarão quando do encaminhamento da nova proposta de LDBEN e do Plano Nacional de Educação; no caso do CPERS, culminará com a instalação da Constituinte Escolar (já no governo do PT).

Por outro lado, mesmo fazendo de forma bem esquemática essa retrospectiva do envolvimento do CPERS no debate educacional nos anos oitenta, será muito útil para reafirmar a recorrência dos temas tratados mudando apenas o enfoque das análises, ou seja, a discussão dos problemas educacionais que ocorrem nos encontros estaduais da década de noventa já se arrasta há décadas, confirmando algo que já sabemos e que diz

respeito à quase insolubilidade das mazelas do ensino público e das condições de trabalho e remuneração do magistério da educação básica, o que por si só justifica a permanência das mesmas temáticas nos debates da década de noventa e nos anos posteriores promovidos pela entidade.

Entretanto, é preciso lançar um olhar mais crítico sobre este fenômeno. Enquanto os problemas da educação permanecem os mesmos, as temáticas dos encontros promovidos pelos sindicatos do magistério também continuam reproduzindo estas dificuldades, poucos avanços ocorreram a partir de proposições defendidas e sustentadas pelas entidades do magistério no debate das políticas educacionais. Se o debate avançou a partir de novos elementos de análise trazidos pelos diversos sujeitos que participaram destes eventos, o mesmo não ocorreu com os encaminhamentos de propostas que pudessem solucionar os principais problemas educacionais.

No âmbito estadual faço um destaque para os eventos promovidos pelo CPERS/Sindicato buscando identificar elementos que apontem para a análise e proposição de uma política educacional que se diferencie daquela vigente, elaborada de forma centralizada pelas instâncias burocráticas do sistema escolar. No âmbito federal, por outro lado, é preciso esclarecer que as propostas do sindicato se consolidam em uma única proposição liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Na década de oitenta e início dos anos noventa este encaminhamento se dava pela CPB, já não fazendo sentido afirmar que esta ou aquela proposta incorporada na política educacional federal (caso tenha ocorrido) seja deste ou daquele sindicato (raciocínio válido para os Estados de sua abrangência). Por isso, a análise do envolvimento do sindicato na discussão das políticas educacionais no âmbito estadual percorre um caminho mais específico devido às idiossincrasias de cada realidade local. É muito provável que algumas proposições encaminhadas para a Confederação reapareçam no debate estadual, na verdade, o seu nascedouro se dá no contexto regional mesmo. Ainda que possuam algumas diferenças muito específicas, em linhas gerais, é possível antecipar que estas propostas articulam-se em torno de alguns eixos comuns que são a valorização do profissional do magistério (planos de carreira e remuneração), financiamento da escola pública (verbas públicas para a rede pública de ensino), gestão democrática (eleições para diretores e conselhos escolares) entre outros de caráter mais pedagógico propriamente dito.

O debate conduzido pelo CPERS/Sindicato sempre teve como objetivo a reflexão e construção de um projeto político-pedagógico voltado aos interesses da maioria da população, tendo como idéia central a garantia de um padrão de qualidade para a escola pública, pautada em três eixos fundamentais: a valorização dos profissionais do ensino, a qualificação e a democratização da escola.

Segundo avaliação elaborada pela Diretoria do CPERS/Sindicato (1999/2002), uma análise das políticas públicas das últimas décadas no Estado revela dados surpreendentes em relação à desvalorização do ensino. Embora o Plano de Carreira do Magistério gaúcho de 1974, tenha incentivado a qualificação profissional, por outro lado a política salarial está marcada – historicamente – pela desvalorização constante dos salários. A consequência direta do achatamento salarial conduz a um processo inevitável de contínua desqualificação profissional influenciando diretamente na qualidade do ensino e levando ao abandono da carreira.

Os Encontros Estaduais de Educação, promovidos pelo CPERS/Sindicato anualmente desde 1980, têm se constituído em momentos fundamentais no debate e na formulação de propostas relativas à política educacional, inseridos em cronogramas de sucessivos seminários, encontros e reuniões, desde as escolas até os Núcleos da entidade.

## CONCLUSÕES

Conjuntamente com o amadurecimento das entidades do magistério, passando de uma visão economicista e corporativa estreita para uma perspectiva mais crítica em relação às práticas pedagógicas e às políticas educacionais estabelecidas verticalmente pelas instâncias superiores do sistema, ocorre também a passagem de uma visão muito arraigada no magistério que o encara como uma missão a ser cumprida, um sacerdócio, uma vocação para uma outra que tem a ver com a sua crescente proletarização e degradação das suas condições de trabalho. Esses elementos conjugados contribuem fortemente para uma transformação na forma da própria categoria encarar o sindicalismo do magistério, buscando a partir daí expandir as suas ações e reflexões.

Após um período de repressão e posteriormente outros de relativa abertura política, a partir de meados da década de oitenta, percebe-se um momento de consolidação das entidades representativas do magistério. Nota-se a passagem de uma fase mais pautada

pelas grandes mobilizações, greves momentâneas e manifestações públicas, para uma etapa de críticas mais orgânicas direcionadas pela apresentação de propostas e participação na discussão, proposição e elaboração de políticas educacionais.

Nesse momento de transformação das entidades do magistério destaca-se uma entidade que se caracteriza pelo seu longo histórico de lutas e enfrentamento de governos autoritários e repressores dos movimentos sociais. Esta entidade é o CPERS/Sindicato.

A história do CPERS/Sindicato tem sido marcada pela defesa intransigente da educação pública de qualidade. Este compromisso referencia tanto as lutas pela valorização profissional como também pelas transformações necessárias à conquista dos direitos sociais e humanos. Porém se as alternativas encontradas em cada tempo histórico acumulam teses e experiências para o alcance desses objetivos, novas exigências – decorrentes dos avanços obtidos e as resultantes da reação que provocam – demandam sempre novas respostas.

Para isso, paralelamente às mobilizações reivindicativas, a categoria vem fazendo importantes debates e estudos através de eventos marcados pela elevada quantidade de participantes e qualidade das discussões. Fruto de praticamente duas décadas de trabalho e discussão coletivas, existe atualmente uma consistente formulação sobre uma política educacional alicerçada nos princípios da gestão democrática, transparência para aplicação dos recursos públicos e ensino de qualidade para a classe trabalhadora.

A entidade tem como perspectiva a formulação de propostas para uma política educacional democrática que partissem do conhecimento da realidade da educação no Estado e no país, localizadas dentro do quadro mais amplo da situação econômica, social e política nacional. Para o CPERS, uma política educacional democrática deveria garantir: o acesso e a permanência do conjunto das crianças e jovens na escola, a participação da comunidade escolar e de setores sociais organizados na gestão do sistema de ensino e um projeto pedagógico voltado para a construção da cidadania.

A análise da história construída pelo magistério gaúcho conjuntamente com a sua entidade representativa em defesa não apenas dos interesses corporativos mais ligados aos aspectos econômicos, mas pela exigência de ter o direito de influir no debate das políticas educacionais e sobre elas atuar, permite sustentar a tese inicial desta pesquisa que é possível os sindicatos do magistério não apenas discutirem e refletirem sobre a educação formulando propostas alternativas às práticas educacionais vigentes, mas

concretizá-las sob a forma de uma nova política educacional. Ao longo da exposição do trabalho busquei a todo momento confirmar esta idéia.

Ainda que o CPERS/Sindicato não tenha conseguido concretizar completamente suas propostas para uma nova política educacional a partir do debate historicamente acumulado sobre a temática, deu mostras de que um sindicato do magistério é plenamente capaz – se assumir esta responsabilidade – de organizar os seus associados, envolver a sociedade, a comunidade escolar e universitária a fim de debater e propor políticas alternativas às vigentes.

No caso específico foram mais de duas décadas de discussões acumuladas e que estiveram presentes quando do seu envolvimento nas proposições para a Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Estadual, LDBEN, Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, na Constituinte Escolar.

O CPERS conseguiu dar o primeiro passo. Construir a política educacional que uma parcela da sociedade gaúcha deseja. O próximo será conduzir o debate com a Secretaria de Educação e o Governo do Estado. Será, sem dúvida, uma relação conflituosa. O processo de elaboração da Constituinte Escolar foi apenas um exemplo de como será o debate deste momento em diante.

As ações do CPERS/Sindicato promovidas no sentido de construir juntamente com o magistério gaúcho, uma nova política educacional que atendesse aos interesses dos trabalhadores foram diversas, mas os momentos mais produtivos foram os Encontros Estaduais de Educação e os Congressos Estaduais, complementados pelas manifestações públicas posteriores a estes eventos com a finalidade de apresentar para a sociedade suas propostas. Propostas estas que se alicerçam, como afirmei anteriormente, em uma política educacional que tenha a gestão democrática como princípio fundamental e a transparência nas questões financeiras, além de promover a valorização do magistério a partir de uma melhor formação profissional e salários condizentes com a realidade vivida pela categoria.

A experiência do CPERS/Sindicato mostra-nos que a ênfase das questões corporativas, assistencialistas e economicistas da categoria tratando-as de forma isolada dos demais problemas que afetam o magistério e a educação, reduzem a sua visibilidade sobre a totalidade dos problemas enfrentados. Esse tipo de comportamento atua diretamente na

expectativa que o conjunto da categoria tem em relação à sua entidade e à sua organização coletiva, contribuindo para o agravamento da crise do movimento sindical entre os professores.

Por outro lado, à medida que a categoria passa a vislumbrar e construir novas formas de luta ou rever formas tradicionais de organização, consegue avançar não apenas nas próprias lutas da entidade, mas na forma de encarar a realidade educacional. A mudança de um comportamento menos crítico para uma atuação pautada na reflexão constante das formas de conduzir seus enfrentamentos, contribui para alargar uma visão mais crítica a respeito das políticas educacionais. Este processo ocorreu com o magistério gaúcho ao perceber que as lutas econômicas de décadas passadas não poderiam sobrepor-se às questões educacionais, sob o risco de estagnar-se o processo de sua reelaboração.

Dessa forma, o CPERS/Sindicato soube construir ao longo de sua história uma concepção própria de política educacional, não nos permitindo afirmar que reproduzia em seus discursos formulações elaboradas em outras instâncias externas à entidade. Evidentemente que havia uma interlocução constante da entidade e do conjunto da categoria com partidos políticos (principalmente o Partido dos Trabalhadores), pesquisadores, lideranças sindicais e de outros movimentos sociais e um contato bem próximo com universidades, sendo correto afirmar que nessa interação muitas experiências são trocadas e antigas posições são revistas e até mesmo substituídas, mas a linha diretriz que persegue a concepção do CPERS sobre as políticas educacionais sempre foi formulada conjuntamente com a categoria nos Encontros e Congressos Estaduais referendados nas Assembléias Gerais. Assim, a hipótese de que o CPERS não possuiria uma concepção própria de política educacional, a partir das informações coletadas e devidamente analisadas, não se confirma.

A última questão, e talvez a mais complexa de todas, refere-se às relações entre sindicato e partidos de esquerda no governo. Neste sentido, e tomando a experiência do CPERS/Sindicato, é possível afirmar que a presença de governos caracterizados como “populares e de esquerda” garante um maior envolvimento dos sindicatos no que tange à discussão das políticas educacionais. Entretanto, não garante a conquista das reivindicações da categoria (principalmente as econômicas) o que acaba interferindo nas relações entre o partido no poder, o sindicato e a categoria.

Todavia, a experiência vivida pelo CPERS/Sindicato é inédita na história do Rio Grande do Sul. É a primeira vez que o sindicato se encontra diante de uma situação concreta objetiva de poder estabelecer um diálogo aberto com uma coligação de partidos que contribuiu para eleger. Nunca na história da entidade do magistério estadual a categoria pode discutir suas propostas para a educação sem ter que se submeter às pressões exercidas pelo poder executivo estadual.

Presentemente, o CPERS/Sindicato passa por momentos de grandes dificuldades, precisando articular reivindicações econômicas marcadas por um elevado grau de corporativismo com as propostas educacionais formuladas pela categoria. Este aprendizado está sendo difícil, mas a partir da sua longa história pautada por um profundo debate realizado conjuntamente com a categoria e a sociedade gaúcha produzindo propostas educacionais que vislumbrassem uma nova realidade, o CPERS, diante do seu acúmulo de experiências no trato com governos autoritários e repressivos saberá minimizar os conflitos internos e externos que a nova conjuntura lhe apresenta, e poderá finalmente defender as suas propostas para uma nova política educacional indicando que “um outro mundo é possível”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Alzira Fortini. *A ideologia do professor estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *O movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul: 1977-1982*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Movimento dos professores gaúchos – 1972/1991: A difícil trajetória da questão democrática*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.

- BULHÕES, Maria da Graça e ABREU, Mariza. *A luta dos professores gaúchos – 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992. 176p.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói (RJ): Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília (DF): FLACSO do Brasil, 1991.
- MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*. Campinas (SP): Alínea, 2000.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: UNESP Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.
- NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 51-72.
- PACHECO, Eliezer Moreira. *Sindicato e projeto pedagógico: A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de e SGUISSARDI, Valdemar. O processo de proletarianização dos trabalhadores em educação. *Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, nº 4, p.91-108, 1991.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. 4ª ed. rev. ampl. Campinas (SP): Autores Associados, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do novo sindicalismo. In: \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 73-94.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SOUZA, Aparecida Néri de. Sou professor sim senhor! Representações sobre o trabalho docente tecidas na politização do espaço escolar. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- VIANNA, Cláudia. *Os nós do “nós”: Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.